

# Direito e Liberdade

ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR NEREU JOSÉ GIACOMOLLI

**2022**

## Coordenação Científica

Manuel Monteiro Guedes Valente  
Alexandre Wunderlich

## Coordenação Executiva

Ana Carolina Stein  
Felipe Mrack Giacomolli  
Henrique Saibro  
Marcos Eberhardt

**DIREITO E LIBERDADE**

**ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR DOUTOR NEREU JOSÉ GIACOMOLLI**

© Almedina, 2022

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA: Manuel Monteiro Guedes Valente e Alexandre Wunderlich

COORDENAÇÃO EXECUTIVA: Ana Carolina Stein, Felipe Mrack Giacomolli, Henrique Saibro e Marcos Eberhardt

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556273884

Janeiro, 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Direito e liberdade : estudos em homenagem ao  
professor doutor Nereu José Giacomolli. --  
São Paulo : Almedina, 2022.  
Vários autores. Vários coordenadores.

**Bibliografia.**

ISBN 978-65-5627-388-4

1. Descriminalização 2. Direito de defesa  
3. Direito penal 4. Direito penal económico  
5. Giacomolli, Nereu José 6. Nulidades (Direito) 7. Processo penal.

21-85771

CDU-343

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

<b>DIREITO E LIBERDADE</b>	
<i>Em tom de apresentação</i>	39
MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE	
<b>1. A INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO DE DEFESA E A NECESSIDADE DE SOFISTICAÇÃO DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO</b>	47
LEONARDO AUGUSTO MARINHO MARQUES	
<b>2. LIMITES E POSSIBILIDADES DAS NOVAS TECNOLOGIAS: PROVA E DECISÃO NO PROCESSO PENAL</b>	71
MARCOS EBERHARDT	
LUIZ EDUARDO CANI	
<b>3. O SIGNIFICADO DA PENA EM KANT: DERIVAÇÕES DE UM PONTO DE PARTIDA</b>	93
NEY FAYET JÚNIOR	
DRAITON GONZAGA DE SOUZA	
<b>4. ADVOCACIA E O EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA NA LEI ANTICRIME: ENTRE A INDISPENSABILIDADE DO ADVOGADO À CRIMINALIZAÇÃO DE SUA ATIVIDADE</b>	113
CAMILE ELTZ DE LIMA	
<b>5. POPULISMO PENAL E DESCRIMINALIZAÇÃO</b>	131
ALEXANDRE WUNDERLICH	
FABIANE DA ROSA CAVALCANTI	

DIREIT● E LIBERDADE

<b>6. SUCESSÃO DE LEIS PENAIS NO TEMPO EM DELITOS ECONÔMICOS</b>	151
ANDREI ZENKNER SCHMIDT	
<b>7. ESPECTROS DO MEDO: A PULSÃO DE CRUELDADE ENCOBERTA PELO ESTADO DE EXCEÇÃO</b>	175
LUIZ EDUARDO CANI ALEXANDRE MORAIS DA ROSA	
<b>8. O CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA TRIBUTÁRIA NO DIREITO BRASILEIRO</b>	201
LEANDRO PAULSEN	
<b>9. O SUJEITO OBRIGADO NA LAVAGEM DE DINHEIRO E A NECESSIDADE DE MAIOR SALVAGUARDA ÀS COMUNICAÇÕES DE OPERAÇÕES SUSPEITAS: TENTATIVA DE APROXIMAÇÃO DOS COMUNICANTES DA LEI Nº 9.613/98 À PROTEÇÃO CONCEDIDA AO “INFORMANTE DO BEM” INTRODUZIDA PELA LEI Nº 13.864/2019</b>	217
ANDRÉ LUÍS CALLEGARI ARIEL BARAZZETTI WEBER	
<b>10. CONFISCO DE BENS TRAVESTIDO DE EFEITO DA CONDENAÇÃO</b>	235
CEZAR ROBERTO BITENCOURT	
<b>11. LIMITES DO WHISTLEBLOWING – DENÚNCIA DE CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS E AÇÕES LESIVAS AO INTERESSE PÚBLICO</b>	251
MARCELO ALMEIDA RUIVO ADRIANE DA FONSECA PIRES	
<b>12. A IDENTIDADE PRINCIPIOLÓGICA ENTRE O DIREITO TRIBUTÁRIO SANCIONADOR E O DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO</b>	281
HENRIQUE SAIBRO	

<b>13. CRÍTICA CRIMINOLÓGICA, EM QUE TERMOS?</b>	297
AUGUSTO JOBIM DO AMARAL	
<b>14. BREVE ENSAIO DE 1984 A 2020</b>	315
CLARICE BEATRIZ DA COSTA SÖHNGEN	
<b>15. O ILÍCITO-TÍPICO DE SONEGAÇÃO: INCOMPREENSÕES SOBRE O ILÍCITO PENAL EM ÂMBITO TRIBUTÁRIO</b>	327
FABIO ROBERTO D'AVILA MARION BACH	
<b>16. REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO “VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE”</b>	353
JUAREZ TAVARES	
<b>17. NATUREZA E CONTEÚDO DO DIREITO À SEGURANÇA: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL BRASILEIRO E DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS</b>	367
ANDRÉ MACHADO MAYA PIETRO CARDIA LORENZONI	
<b>18. O COMPORTAMENTO TÍPICO NA CULPA PENAL MÉDICA</b>	389
PAULO VINICIUS SPORLEDER DE SOUZA MARCOS AFONSO JOHNER	
<b>19. INCIDE O PRINCÍPIO DO NE BIS IN IDEM NA SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR COMINADA NOS ARTIGOS 165 E 306 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO?</b>	411
JOÃO BATISTA MARQUES TOVO LETÍCIA DE SOUZA FURTADO	
<b>20. PERDIMENTO E RENÚNCIA DE BENS</b>	427
MIGUEL REALE JÚNIOR	

- 21. ENTIDADES DO “TERCEIRO SETOR”  
E A QUALIFICAÇÃO DOS SEUS INTEGRANTES  
COMO FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS PARA EFEITOS PENAIIS:  
PARÂMETROS PARA A INTERPRETAÇÃO DO PARÁGRAFO 1º  
DO ART. 327, PRIMEIRA PARTE, DO CP** 445  
HELOISA ESTELLITA  
RAQUEL SCALCON
- 22. O QUE A POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS SUSTENTA?  
A HIPÓTESE DESCRIMINALIZADORA ANTE A VIOLÊNCIA  
INSTITUCIONAL GENOCIDA** 459  
SALO DE CARVALHO  
ADRIAN BARBOSA E SILVA
- 23. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL,  
PRIMEIRAS LEITURAS: PANORAMA,  
DIFICULDADES E ENFRENTAMENTO** 471  
FELIPE CARDOSO MOREIRA DE OLIVEIRA  
RAFAEL BRAUDE CANTERJI
- 24. A FUNÇÃO DE JULGAR: UMA LEITURA CONVENCIONAL  
E HUMANITÁRIA DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO** 495  
DANIELA DORA EILBERG  
LAURA GIGANTE ALBUQUERQUE
- 25. O AUTORITARISMO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO  
NO SÉCULO XXI: PRIMEIRAS IMPRESSÕES** 509  
RICARDO JACOBSEN GLOECKNER
- 26. CRIMES DE REPERCUSSÃO E FALSAS MEMÓRIAS:  
O ENFRENTAMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS  
CONFORME OS PROCEDIMENTOS PREVISTOS  
NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO** 523  
ANA CAROLINA FILIPPON STEIN
- 27. LEVANDO A JUSTIÇA RESTAURATIVA A SÉRIO:  
ANÁLISE CRÍTICA DE JULGADOS DO TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL** 537  
DANIEL ACHUTTI  
RAFFAELLA PALLAMOLLA

<b>28. BREVES REFLEXÕES SOBRE A CADEIA DE CUSTÓDIA DA PROVA: A METODOLOGIA UTILIZADA NO EXAME PERICIAL COMO CRITÉRIO ESSENCIAL À ADMISSIBILIDADE DA PROVA PERICIAL</b>	555
ALBERTO MILNICKEL RUTTKE MARIA EDUARDA AZAMBUJA AMARAL	
<b>29. ÔNUS DA PROVA E VEDAÇÕES PROBATÓRIAS</b>	575
MIGUEL TEDESCO WEDY	
<b>30. A CISÃO DO JULGAMENTO EM PLENÁRIO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA PLENITUDE DE DEFESA E DO CONTRADITÓRIO ENQUANTO BASES DE UM SISTEMA PROCESSUAL ACUSATÓRIO</b>	589
ÁLVARO ROBERTO ANTANAVICIUS FERNANDES	
<b>31. ADOÇÃO DO PLEA BARGAINING: REMÉDIO OU VENENO?</b>	601
AURY LOPES JUNIOR	
<b>32. ERA DIGITAL E O PROCESSO PENAL BRASILEIRO: BUSCA DE UMA NOVA GRAMÁTICA</b>	613
FLAVIANE DE MAGALHÃES BARROS JOSÉ LUIS BOLZAN DE MORAIS	
<b>33. SOCIEDADE DE RISCO E SEUS REFLEXOS CONTEMPORÂNEOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: PACOTE ANTICRIME</b>	631
FERNANDA CORREA OSORIO MATEUS MARTINS MACHADO JÚLIA TORMEN FUSINATO	
<b>34. A INTERPRETAÇÃO DOS ARTIGOS 479 E 478 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: OS DOCUMENTOS QUE PODEM SER JUNTADOS PELAS PARTES ANTES DO JULGAMENTO NO PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI</b>	647
DIÓGENES V. HASSAN RIBEIRO DOUGLAS CUNHA HASSAN RIBEIRO	

DIREITO E LIBERDADE

- 35. O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL  
NA LEI Nº 13.964/2019 E SUA APLICAÇÃO AOS PROCESSOS  
EM ANDAMENTO** 661  
FABRÍCIO DREYER DE ÁVILA POZZEBON  
CHIAVELLI FACENDA FALAVIGNO
- 36. A UTILIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA  
NO CURSO DO PROCESSO PENAL: AS EXPERIÊNCIAS  
DOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR  
CONTRA A MULHER** 675  
RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO  
MICHELLE KAREN BATISTA DOS SANTOS
- 37. A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES PENAIS  
E OS “AVANÇOS” TRAZIDOS COM O “PACOTE ANTICRIME”** 695  
DANIEL KESSLER DE OLIVEIRA  
DIOGO MACHADO DE CARVALHO
- 38. ENCONTROS DA POLÍCIA COM O INDIVÍDUO NA RUA  
E JUÍZO DE FUNDADA SUSPEITA: O CONTROLE JURISDICIONAL  
À LUZ DE TERRY V. OHIO (392 U.S. 1), SIBRON V. NEW YORK  
(392 U.S. 62), ADPF Nº 444, RE Nº 603.616/RO  
(MIN. GILMAR MENDES) E RESP Nº 1.574.681/RS  
(MIN. ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ).** 711  
DANILO KNIJNIK
- 39. O PRINCÍPIO ACUSATÓRIO COMO METAGARANTIA** 733  
FABIANO CLEMENTEL
- 40. COLABORAÇÃO PREMIADA E SOBREPOSIÇÃO  
SANCIONADORA** 753  
LUCIANO FELDENS  
RUBENS HOFMEISTER NETO
- 41. O PAPEL GARANTIDOR DO SISTEMA INTERAMERICANO  
DE DIREITOS HUMANOS** 771  
FAUZI HASSAN CHOUKR

<b>42. SOBRE ALGUMAS DAS ALTERAÇÕES MATERIAIS E PROCESSUAIS PENAS IMPOSTAS PELAS LEIS Nº 13.964/2019 E 13.968/2019</b>	785
MARCUS VINICIUS BOSCHI	
<b>43. O CONTRIBUTO DO DIREITO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS À DEFINIÇÃO DAS GARANTIAS DO DEVIDO PROCESSO EM MATÉRIA DE JUSTIÇA PENAL TRANSNACIONAL UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS JURISPRUDÊNCIAS DO TRIBUNAL EUROPEU DE DIREITOS DO HOMEM E DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS</b>	803
STEFANO RUGGERI	
<b>44. O “DILEMA DO INOCENTE” NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL</b>	841
FELIPE FAORO BERTONI	
<b>45. DEVIDO PROCESSO PENAL CONVENCIONAL E AS GARANTIAS OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA JURISDIÇÃO</b>	863
FREDERICO VALDEZ PEREIRA	
<b>46. O CONTROLE DA LEGALIDADE DA COLABORAÇÃO PREMIADA E A TIPICIDADE PROBATÓRIA</b>	883
GERALDO PRADO	
<b>47. CONFISCA ANTIMAFIA E ACCERTAMENTO PENALE NELL’ORDINAMENTO ITALIANO</b>	905
BRUNA CAPPARELLI	
<b>48. PROVA DIGITALE E AMMISSIBILITÀ</b>	945
GIULIO ILLUMINATI	
<b>49. A INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO E SEUS LIMITES: O CASO DO FLAGRANTE DELITO</b>	961
INGO WOLFGANG SARLET	
JAYME WEINGARTNER NETO	

DIREITO E LIBERDADE

- 50. PARA ENTENDER O CASO GOMES LUND E OUTROS  
V. BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS** 997  
JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO
- 51. UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL  
NA DECISÃO JUDICIAL** 1019  
NEREU JOSÉ GIACOMOLLI  
FELIPE MRACK GIACOMOLLI
- 52. NEREU GIACOMOLLI: O GARANTISTA  
DA SERRA DA GUABIROBA** 1055  
LENIO LUIZ STRECK
- 53. O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E O LEVANTAMENTO  
DO SIGILO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA:  
A FORMA DE SUA COMPATIBILIZAÇÃO** 1065  
MARCELO CAETANO GUAZZELLI PERUCHIN
- 54. O JUIZ DAS GARANTIAS COMO PRESSUPOSTO  
FUNDAMENTAL AO EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO  
DA PROVA PERICIAL: REFLEXÕES ACERCA  
DAS INQUIETAÇÕES ESTIMULADAS  
POR NEREU JOSÉ GIACOMOLLI** 1087  
MARIA EDUARDA AZAMBUJA AMARAL
- 55. PASSOS EM DIREÇÃO À REGULAMENTAÇÃO  
DA RETRATAÇÃO E DA RESCISÃO DOS ACORDOS  
DE COLABORAÇÃO PREMIADA** 1105  
RENATA MACHADO SARAIVA  
LUIZA FARIAS MARTINS
- 56. A PROVA DO ILÍCITO ANTECEDENTE  
NO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS A PARTIR  
DA ANÁLISE DE CASOS DE BRASIL E PORTUGAL** 1127  
JOSÉ MUNIZ NETO  
CARLOS HÉLDER C. FURTADO MENDES

<b>57. COOPERAÇÃO BRASIL E EUA NA COLETA DE PROVA TESTEMUNHAL NO ESPAÇO ESTADUNIDENSE: PRÁTICAS INCONSTITUCIONAIS E PERSPECTIVAS DE RESOLUÇÃO</b>	1151
RODRIGO MORAES DE OLIVEIRA	
<b>58. IMBRICAÇÕES NECESSÁRIAS DA CADEIA DE CUSTÓDIA NA DECISÃO JUDICIAL PENAL: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE SUAS DIMENSÕES PROCESSUAIS DINÂMICAS</b>	1169
ROGÉRIO GESTA LEAL	
<b>59. INVESTIGAÇÕES CORPORATIVAS E JUSTIÇA CRIMINAL NEGOCIAL: AVANÇO OU CRISE DO DEVIDO PROCESSO PENAL?</b>	1189
GIOVANI AGOSTINI SAAVEDRA	
<b>60. O DEVIDO PROCESSO PENAL – UMA HOMENAGEM A NEREU GIACOMOLLI</b>	1205
SALAH H. KHALED JR.	
<b>61. REVISITA ÀS NULIDADES NO PROCESSO PENAL COMO LIMITAÇÃO DO PODER PUNITIVO</b>	1225
ANTONIO C. TOVO MELLINA BULGARINI GERHARDT	
<b>62. CONSENSO E ACORDOS NA JUSTIÇA CRIMINAL DIANTE DO DEVIDO PROCESSO PENAL: CONTRIBUIÇÕES DE GIACOMOLLI À DOGMÁTICA PROCESSUAL PENAL</b>	1245
VINICIUS GOMES DE VASCONCELLOS CAÍQUE RIBEIRO GALÍCIA	
<b>63. NULIDADES REFLEXIVAS DA FASE INVESTIGATIVA</b>	1259
VINICIUS BATISTA DO VALLE	
<b>64. DETENÇÃO PROVISÓRIA, PRISÃO INVESTIGATÓRIA E APRESENTAÇÃO DA PESSOA PRESA OU DETIDA NO PROCESSO PENAL ALEMÃO</b>	1283
PABLO RODRIGO ALFLEN	

DIREITO E LIBERDADE

**65. REFLEXOS DA LEI ANTICRIME NO STANDARD  
PROBATÓRIO PARA A DECRETAÇÃO  
DA PRISÃO PREVENTIVA**

1309

RAFAEL ZOTTIS

MARCOS PIPPI FRAGA

**66. A DINÂMICA DAS CONSTELAÇÕES FAMILIARES  
COMO MEIO DE SOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS**

1329

CRISTINA DI GESU

ENZO CARLO DI GESU